

PERFORMANCES DE MASCULINIDADES NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA EM FINS DO SÉCULO XIX

Leandro T. de Brito*

Resumo: A Educação Física adentrou as escolas, no século XIX, propagando ideais de eugenia e militarismo, voltada, inicialmente, apenas aos meninos. Um padrão hegemônico de masculinidade, com vistas a torná-los fortes e robustos, era imposto nas aulas, ao mesmo tempo em que discursos se contrapunham à sua prática nas escolas. Apresentando relatos historiográficos, tendo como base as noções de masculinidade hegemônica, de Connell, e gênero performativo, em Butler, busco compreender e discutir diferentes performances de masculinidades na História da Educação Física.

Palavras-chave: Masculinidades – Educação Física – Performatividade

Abstract: Physical Education entered schools in the 19th century, spreading ideals of eugenics and militarism, directed only to boys. A hegemonic ideal of masculinity, in order to make them strong and robust, was imposed in the classroom, while some speeches were opposed to his practice in schools. Featuring historiographical accounts, based on the hegemonic notions of masculinity, by Connell, and performative gender, by Butler, we seek to understand and discuss different performances of masculinity in the History of Physical Education.

Keywords: Masculinities – Physical Education – Performativity

A Educação Física, denominada de Ginástica, adentrou as escolas brasileiras em fins do século XIX, direcionada inicialmente apenas aos meninos, propagando ideais voltados à eugenia, justificando-se pela influência do militarismo, que propunha a construção de um corpo masculino saudável, forte e robusto. Um padrão hegemônico de masculinidade era imposto nas aulas de Ginástica, ao mesmo tempo em que alguns discursos se contrapunham à sua prática nas escolas, relativizando as estabilizações de uma masculinidade homogênea entre meninos e jovens. Performances de masculinidades, permeadas por disputas em torno de diferentes sentidos do masculino, já se faziam presentes neste período histórico.

Tomo como base, neste trabalho, a noção de masculinidade hegemônica¹, que se refere à dinâmica cultural por meio da qual parte dos homens exige e mantém uma posição de liderança nas sociedades ocidentais, através da legitimação do patriarcado, submissão das mulheres e, em especial, da exclusão de masculinidades consideradas subalternas. Connell (2003) nomeia tais masculinidades como cúmplices, subordinadas e marginalizadas: as masculinidades cúmplices representam homens que se beneficiam dos dividendos patriarcais, mas que não se enquadram na sua totalidade em práticas instituídas pela masculinidade hegemônica; a dominação de homens heterossexuais sobre homens homossexuais

*Doutorando em Educação – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ), sob orientação da Professora Doutora Miriam Soares Leite. Membro do grupo de estudos e pesquisas sobre Diferença e Desigualdade na Educação Escolar da Juventude (DDEEJ). E-mail: teofilo.leandro@gmail.com.

representam a masculinidade subordinada; e, por fim, a masculinidade marginalizada diz respeito a exclusões relacionadas à classe social e raça/etnia vividas por alguns homens na sociedade.

A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens. Homens que receberam os benefícios do patriarcado sem adotar uma versão forte da dominação masculina podem ser vistos como aqueles que adotaram uma cumplicidade masculina. Foi em relação a esse grupo, e com a complacência dentre as mulheres heterossexuais, que o conceito de hegemonia foi mais eficaz. [...]².

Embora a noção de masculinidade hegemônica se volte para uma interpretação marcada pela perspectiva estruturalista, em que se pode identificar aspectos de essencialização do gênero, neste estudo ela se faz importante para subsidiar interpretações sobre os diferentes sentidos de “ser homem”, a partir da classificação das masculinidades subalternas ao modelo hegemônico, dada a pertinência das interpretações que propicia, acerca do momento histórico em discussão.

A noção de performatividade de gênero³, importante também na construção deste estudo, diz respeito à repetição estilizada de atos, gestos, atuações e encenações que, por meio da linguagem e dos discursos, constitui e regula tanto a sexualidade como o gênero e o sexo, a partir de padrões tidos como normativos. A performatividade de gênero também permite deslocamentos nos seus sentidos, pois:

Se a verdade interna do gênero é uma fabricação, e se o gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos, então parece que os gêneros não podem ser nem verdadeiros e nem falsos, mas somente produzidos como efeitos da verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável⁴.

Para Butler (2015b⁵) os sujeitos são constituídos mediante normas que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais são reconhecidos. Postula, desse modo, uma ontologia historicamente contingente, que impede qualquer compreensão determinística, seja de normatizações, seja de deslocamentos. Judith Butler, nesta teorização, se apropria de um *quase conceito* derridiano⁶, a iterabilidade, que nomeia a repetição textual, ao mesmo tempo em que assinala a possibilidade de deslocamentos de sentidos, um tipo de limite interno a própria construção normativa. Para este estudo, a noção de performatividade

de gênero se mostra particularmente produtiva ao permitir a interpretação das masculinidades como plurais na História da Educação Física no Brasil.

Cabe colocar que o termo performance também é referido por Judith Butler na formulação da noção de performatividade, como apontam alguns autores: Spargo, em 2006⁷; Salih, em 2012⁸; Borba, em 2014⁹. Todavia, se deve ter cuidado ao interpretar a palavra de maneira descontextualizada do que a filósofa propõe, pois Butler é bastante clara ao afirmar que a performance de gênero ocorre através de processos linguístico-discursivos e não em um sentido estritamente “teatral”, como muitas vezes tem sido interpretada em variadas pesquisas. Butler (1993)¹⁰ busca esclarecer esta questão:

A dimensão "performativa" de construção é precisamente a reiteração forçada de normas. [...]. Performatividade não é um jogo livre e nem auto apresentação teatral; nem pode ser simplesmente equiparada à performance. Além disso, regulação não é necessariamente o que define um limite à performatividade; regulação é, ao contrário, o que impele e sustenta a performatividade ¹¹.

A partir dessa perspectiva teórica, apresento, neste texto, relatos historiográficos sobre diferentes performances de masculinidades, buscando compreender e discutir diferentes interpretações acerca do masculino na História da Educação Física, localizando as discussões no final do século XIX, período em que a Educação Física se tornou uma disciplina escolar.

Performances masculinas higienistas e eugênicas

Foi na Reforma do Ensino Primário, em 1882, que Rui Barbosa, em seu parecer número 224, instituiu a Educação Física, ainda com o nome de Ginástica, nos colégios¹²; embora as reformas de Couto Ferraz (1854) e de Leôncio de Carvalho (1879) tivessem feito referências à inserção de uma prática de cuidados ligados à higiene, saúde e atividade física no contexto educacional da época.

Neste primeiro momento, a Ginástica era oferecida apenas aos meninos, com objetivos claros de formar um sujeito forte, saudável e robusto, justificada, dentre variados pontos, a preceitos eugênicos e higienistas, que buscavam impor à “nova” família brasileira uma educação física, moral, intelectual e sexual, inspirada nos preceitos sanitários da época, que buscavam exterminar o que então era visto como desordem higiênica dos velhos hábitos coloniais¹³.

A construção de uma performance que forjasse um sujeito masculino dotado de um corpo robusto e organicamente harmonioso vinha ao encontro de um projeto de

desenvolvimento do país, que, ao sair da sua condição de colônia de Portugal, pudesse construir na segunda metade do século XIX seu próprio modo de vida. Segundo Castellani Filho (2013), essa construção passava por uma idealização de um corpo masculino que se opusesse ao corpo relapso, flácido e doentio do indivíduo colonial, que reforçou o racismo e os preconceitos a ele ligados, em nome da supremacia racial e social da burguesia branca.

Discuto este processo de eugeniização, a partir da noção de masculinidade marginalizada, proposta por Connell (2003), que descreve, a partir de uma condição relacional imposta por raça/etnia e classe social, a desautorização desses homens pela masculinidade hegemônica – homem branco e eurocêntrico - à inserção e aceitação nos espaços sociais daquele período no Brasil. Uma performance de masculinidade voltada à construção de sujeitos brancos, disciplinados e politicamente adeptos de uma ideologia nacionalista de “mudança” no país, se fazia então primordial, o que motivou a inserção da Ginástica nas escolas. Nas palavras de Connell¹⁴: “Em um contexto de supremacia branca, as masculinidades negras desempenham papéis simbólicos para a construção do gênero nos brancos”.

A educação sexual, associada a todo momento à Educação Física, também apresentava um papel importante nessa perspectiva de eugenia em relação à inserção da Ginástica nas escolas, pois como aponta Costa (1983) apud Castellani Filho (2013) essa educação deveria transformar homens e mulheres em reprodutores e guardiões de “raças puras”. Miskolci (2012) vai além dessa questão, afirmando que além de um agenciamento do desejo à família e à reprodução, este deveria estar assentado no desejo heterossexual: “[...] há uma ênfase na educação física como meio para afastar os adolescentes, particularmente os das elites, da masturbação e das relações com outros homens”¹⁵. Melo (2013) complementa essa análise:

Para o esculápio, a prática da ginástica [...], tinha três grandes benefícios. Um deles era de caráter “médico”, incidindo tanto sobre o corpo quanto sobre o caráter, dotando o indivíduo de saúde, virilidade, coragem e energia. Mais ainda, tratava-se de uma ferramenta para prevenir o que considerava maus hábitos, tais como a masturbação e a homossexualidade¹⁶.

Performances heteronormativas de masculinidades faziam-se presentes na educação de sujeitos masculinos, por meio do discurso proposto pela Educação Física, objetivando a construção de um “padrão” de homem normativo, que se colocou como hegemônico entre meninos e jovens. Este é um processo de identificação tido como inteligível, pois como coloca Butler (2015a) prevê coerência entre sexo, gênero e desejo entre os sujeitos:

Gêneros “inteligíveis” são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivos de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual.¹⁷

Masculinidades subordinadas, segundo a noção apresentada por Connell (2003), deveriam ser negadas e combatidas entre crianças e jovens, com os discursos higienistas e eugênicos de inserção da Ginástica nas escolas, que visavam a moralidade, disciplina corporal e virilidade na formação de sujeitos masculinos, afastando-se de qualquer possibilidade de relação com o feminino, já que:

A opressão coloca as masculinidades homossexuais na parte inferior da hierarquia entre os homens, que está estruturada de acordo com o gênero. Para a ideologia patriarcal, a homossexualidade é um depósito de tudo o que a masculinidade hegemônica descarta simbolicamente, desde o gosto pela decoração da casa até o prazer anal passivo. Portanto, do ponto de vista da masculinidade hegemônica, a homossexualidade se aproxima com facilidade da feminilidade.¹⁸

Nesta mesma direção, a influência das instituições militares na Educação Física também teve expressiva contribuição neste projeto de sociedade da metade do século XIX, construindo assim a performance de um sujeito masculino “militarizado”, a partir das aulas de Ginástica, e que passo agora a discutir.

As instituições militares *performando* as masculinidades

Além da influência das instituições médicas, propagando ideais eugênicos e higienistas, a Educação Física também esteve submetida aos ditames das instituições militares através de princípios positivistas que visavam uma determinada “ordem” social no país. A Guerra do Paraguai foi primordial na construção deste pensamento, pois, como relata Melo (2013), a mesma ocupou um espaço importante no imaginário da nação durante o século XIX, já que como o Brasil foi o vencedor no conflito bélico, expulsaram-se algumas fragilidades nacionais, como forma de preparação do cidadão para servir à pátria quando houvesse necessidade. Miskolci (2012) também afirma que a Guerra do Paraguai foi a primeira manifestação nacionalista assistida pelo país, que colocou em evidência os desejos de um ideal político embranquecedor e heterossexual masculino, que afastava todas as formas de

desvio, particularmente nas classes populares, favorecendo este fascínio por uma performance de masculinidade, além de heteronormativa, militarizada.

Tendo em vista este contexto, educadores passaram a defender, de fato, a introdução da Ginástica nos colégios. Todavia, resistências se faziam presentes, advindas principalmente da elite que não via com bons olhos a prática de atividades físicas em um ambiente onde a valorização do intelecto devesse ter um espaço privilegiado, diferentemente, por exemplo, das classes populares para quem o esforço físico deveria se fazer presente como algo cotidiano. Valorizava-se, assim, o dualismo entre atividade intelectual x atividade física. Castelani Filho (2013) afirma que tal contrariedade não era reconhecida por pais que defendiam a ideia da Ginástica na educação escolar, justamente pelos exemplos oriundos das instituições militares, mas que não era um discurso completamente homogeneizado.

Embora o discurso que defende uma performance de masculinidade militarizada, constantemente repetido, “tentasse” se sobrepôr aos demais na justificativa da Ginástica nos colégios, outros discursos se entrecruzavam ao contrapor a sua prática como algo não intelectual, dividindo a elite em suas concepções. Fica claro, neste relato, que o discurso performativo permeava-se por iterações constantes, contingentes, que construíam diferentes masculinidades nos filhos das classes burguesas, pois alguns estariam submetidos à força performativa do discurso tido como “normativo” e outros estariam negando, em algum grau, essa performance de masculinidade militarizada. De acordo com Butler (2015b):

[...] há condições normativas pelas quais os sujeitos são produzidos e que, depois em outro ponto no tempo, ocorrem “rupturas” dessas condições. A produção normativa do sujeito é um processo de iterabilidade – a norma é repetida e, nesse sentido, está constantemente “rompendo” com os contextos delimitados como as “condições de produção”¹⁹.

Vale lembrar que durante esse período, o parecer de Rui Barbosa, após estender a Ginástica nas escolas às meninas, também com todas as resistências possíveis, instituiu que o método utilizado para as aulas deveria ser “calistenia²⁰” para as aulas femininas e “exercícios militares” para aulas masculinas. Considera-se “exercícios militares” a ginástica militar, que tinha como origem pedagógica e objetivos “guerreiros” a esgrima e o tiro dentro dos seus conteúdos²¹. Ou seja, apesar de ter encontrado resistências, o ideal militar de masculinidade lograva relativa hegemonização no contexto brasileiro da época.

O Esporte, a Educação Física e as performances de masculinidades no século XIX

Na opinião de Melo (2013), paralelo ao processo de difusão da Ginástica como uma disciplina escolar dedicada às atividades físicas, estruturava-se o campo esportivo no país, também nos finais do século XIX, mais especificamente nos anos de 1840. Sobre esta questão, Miskolci (2012) afirma que:

A criação da masculinidade brasileira entre a virada do XIX e início do século XX, está associada não apenas à educação física escolar ou militarizada, mas também à crescente popularidade dos esportes. Em nosso país, além do mencionado controle das relações entre homens no espaço público, a ascensão dos esportes tem relação direta com o fim da escravidão e a necessidade de valorizar o trabalho²².

Dentre as práticas mais difundidas no período, Melo (2013) cita o turfe, que era um esporte apreciado tanto pela elite como pelas classes populares, ocorrendo no final da década de 1880 o funcionamento simultâneo de cinco agremiações turfísticas, sempre com um grande público presente. Entretanto, a grande questão que ocorria neste âmbito, assim como os discursos performativos que deslegitimavam a Ginástica nos colégios, era também a desvalorização dos exercícios físicos por parte de alguns grupos da classe burguesa, que optava apenas por assistir as corridas, nas quais os cavalos eram conduzidos por jôqueis (homens) oriundos das camadas populares: “Os cavaleiros da elite ficaram cada vez mais restritos ao espaço das arquibancadas, desfilando suas boas maneiras e belas vestimentas, cortejando as mulheres, que cada vez mais ganhavam visibilidade pública”.²³

Já a outra parte da elite, segundo o autor, via o turfe como uma prática não “totalmente” corporal, o que permitia que o esporte pudesse ser apreciado e praticado. Mais uma vez identificavam-se disputas sobre os sentidos do masculino, afirmados através das práticas corporais, dicotomizando-se mente/corpo e construindo masculinidades por meio dos discursos que legitimavam/deslegitimavam a atividade física no contexto social do final do século XIX. Segundo Connell & Messerschmidt (2013):

Os homens podem adotar a masculinidade hegemônica quando é desejável, mas os mesmos homens podem se distanciar estrategicamente da masculinidade hegemônica em outros momentos. Consequentemente, a “masculinidade” representa não um tipo determinado de homem, mas, em vez disso, uma forma como os homens se posicionam através de práticas discursivas²⁴.

A partir de um caráter de intervenção corporal mais explícito na História do Esporte e da Educação Física no Brasil, o remo, inicialmente por motivos terapêuticos ou médicos, passou a ser incentivado aos homens também neste período, dualizando com o turfe:

Como causa e consequência das mudanças em marcha na sociedade brasileira, notadamente na capital, na década final do século XIX, o remo, já compreendido como uma prática saudável e higiênica tornou-se o esporte mais popular, estabelecendo inclusive uma tensão com o turfe (considerado por muitos como uma expressão de um passado monárquico e rural que deveria ser substituído pela cidade republicana).²⁵

Observa-se que a prática de atividades físicas passava a ser valorizada pela população a partir dos discursos legitimados pela área médica, que foram essenciais para a influência de determinadas performances de masculinidades no esporte, encorajando sujeitos masculinos à sua inserção em diferentes modalidades e possibilidades nos espaços sociais, mesmo com as resistências que ainda predominavam na época.

A dança também teve um destaque como prática corporal difundida neste período, conforme os relatos historiográficos do segundo quartel do século XIX. Segundo Melo (2013), alguns colégios, como o Colégio Pedro II, passaram a oferecer aulas de dança, por solicitação dos pais, pois os bailes da época se constituíam em importantes espaços de encontros sociais da elite. Em geral, não havia nenhuma objeção, naquela época, à inserção de sujeitos masculinos em espaços voltados para a prática da dança como ocorre nos dias atuais em contextos diversos, entretanto, não muito depois, este discurso regulador entrou na disputa performativa pela masculinidade hegemônica:

Na verdade, até o segundo quartel do século XIX não havia sinais de preconceito para com os bailarinos. A partir desse momento, contudo, as novas construções simbólicas da modernidade acabam sendo determinantes para que os homens sejam menos bem-vindos nesse território progressivamente definido como reino das mulheres: o corpo masculino foi desaparecendo dos palcos da dança, no mesmo momento em que passe a ser cada vez mais celebrado nos espaços esportivos.²⁶

Levando-se em conta esta premissa, de acordo com Melo (2013), alguns colégios já utilizavam o esporte como estratégia educacional, além da Ginástica, como construção de masculinidade na formação de meninos e jovens, como o Colégio Anchieta, ligado aos jesuítas, fundado em 1886, em Nova Friburgo /RJ; o Instituto Granberry, criado em 1889, na cidade de Juiz de Fora/MG; além do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro/RJ, ainda denominado de Ginásio Nacional, já citado anteriormente neste estudo. O autor destaca também o Colégio São Luiz, fundado em Itu/SP, em 1867, que passou a oferecer em suas aulas o futebol, por um sacerdote docente que trabalhava com esporte, quando nem mesmo

bolas ou qualquer outro material usado nesse esporte costumava ser vendido no mercado nacional. Segundo Miskolci (2012), a primeira partida de futebol oficial que se tem registro foi organizada pelo paulista Charles Miller, ex-jogador da modalidade, em 1894, o que mostra como o Colégio São Luiz foi pioneiro na introdução desse esporte nas escolas.

A partir destes relatos, entende-se que um novo modelo de corpo masculino começara a entrar em voga no final do século XIX, fazendo emergir uma nova masculinidade, na qual os músculos, em conjunto com saúde, coragem, vigor e virilidade protagonizavam uma nova ordem social, performando uma masculinidade, que posteriormente seria reconhecida como hegemônica nos estudos de gênero, representando – parafraseando Melo (2013) – a valorização de protagonismo de uma nova moral em construção no homem moderno. De todo modo, esse modelo de masculinidade (hegemônica) não foi dominante e protagonista durante todo o histórico das práticas corporais e esportivas no nosso país, pois diferentes performances de masculinidades se fizeram presentes entre os sujeitos dentro de um processo contingente de disputas de sentidos e, concordando com Butler que: “[...] leva a efeito uma falsa estabilização do gênero [...]”²⁷.

Considerações finais

Podem-se, portanto, na História da Educação Física no Brasil, identificar variadas performances de masculinidades em disputa pela construção dos sujeitos via práticas corporais e esportes. O final do século XIX e início do XX protagonizou, historicamente, este processo inicial da relação corpo e masculinidades no nosso país, embora permeado por um discurso performatizado, de maneira normativa, que apontou para modos essencialistas de ser homem neste campo, cujos rastros de sentido ainda se fazem presentes na sociedade contemporânea.

Entretanto, de acordo com os relatos historiográficos apresentados e discutidos, os processos de hegemonização de determinados modelos de masculinidade, desde a entrada da Ginástica nas escolas, até à popularização dos esportes no país, não resultaram em fixações de sentido cujo reconhecimento social permitisse a classificação de masculinidade hegemônica. De fato, entendemos que falar sobre *masculinidades plurais* seria a escolha mais adequada para abordar a construção de corpos masculinos na História da Educação Física.

Reconhecer que performances de masculinidades diversas se fizeram (e se fazem!) presentes no espaço da Educação Física, local em que a repetição de discursos normatizadores disputam a construção de um modelo hegemônico, permite abarcar a multiplicidade de

contingências que incidem nos modos de ser homem, possibilidade efetiva e que está dada desde o século XIX.

NOTAS DE REFERÊNCIA

- ¹ CONNELL, Robert W. *Masculinidades*. México: UNAM-PUEG, 2003; CONNELL, Robert W.; MESSERSCHIMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n.1, p. 241-280, 2013.
- ² CONNELL, Robert W.; MESSERSCHIMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n.1, p. 245, 2013.
- ³ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Revisão Técnica de Joel Birman. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.
- ⁴ *Ibidem*, p.236.
- ⁵ BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.
- ⁶ Jacques Derrida, filósofo franco-argelino, é uma das referências de Judith Butler na construção da noção de performatividade de gênero. Ao se utilizar do termo *quase-conceito* ao invés de conceito, Derrida (2001) aponta para a impossibilidade do pensamento se organizar a partir de conceitos fixos, homogêneos e universais, desconstruindo assim parte da lógica do pensamento metafísico – pensamento binário, polarizado e hierarquizado. Ver: DERRIDA, Jacques. *Posições*. Tradução: Tomáz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- ⁷ SPARGO, Tamsim. *Foucault e a teoria queer*. Tradução: Wladimir Freire. Rio de Janeiro: Pazulin; Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.
- ⁸ SALIH, Sarah. *Judith Butler e a teoria queer*. Tradução: Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- ⁹ BORBA, Rodrigo. “A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais”. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 43, p.441-474, 2014.
- ¹⁰ BUTLER, Judith. *Bodies that matter: On the discursive limits of sex*. Nova York, Routledge, 1993.
- ¹¹ *Ibidem*, p.94-95.
- ¹² O Colégio Pedro II e a Escola Normal foram as primeiras a ter horário obrigatório de Ginástica em sua grade de aulas (MISKOLCI, 2012).
- ¹³ CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. 19ª edição. Campinas, SP: Papyrus, 2013.
- ¹⁴ CONNELL, Robert W. *Masculinidades*. México: UNAM-PUEG, 2003, p.121.
- ¹⁵ MISKOLCI, Richard. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo: Annablume, 2012, p.151.
- ¹⁶ MELO, Victor Andrade de. “Novas performances públicas masculinas: o esporte, a ginástica, a educação física (século XIX)”. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (Org.). *História dos homens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p.138-139.
- ¹⁷ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Revisão Técnica de Joel Birman. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a, p.43-44.
- ¹⁸ CONNELL, Robert W. *Masculinidades*. México: UNAM-PUEG, 2003, p.119.
- ¹⁹ BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b, p.237.
- ²⁰ A calistenia pode ser compreendida como um tipo de ginástica estética, com a qual se obtém harmonia, beleza e vigor físico, influenciada pelo método sueco, acrescida de música. NETO, Amarílio Ferreira. *A pedagogia no exército e na escola: a educação física brasileira (1880-1950)*. Aracruz, ES: FACHA, 1999.
- ²¹ *Idem*.
- ²² MISKOLCI, Richard. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo: Annablume, 2012, p.153.
- ²³ MELO, Victor Andrade de. “Novas performances públicas masculinas: o esporte, a ginástica, a educação física (século XIX)”. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (Org.). *História dos homens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p.135.
- ²⁴ CONNELL, Robert W.; MESSERSCHIMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n.1, p. 257, 2013.

²⁵ MELO, Victor Andrade de. “Novas performances públicas masculinas: o esporte, a ginástica, a educação física (século XIX)”. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (Org.). *História dos homens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p.125.

²⁶ MELO, Victor Andrade de; LACERDA, Claudio. “Masculinidade e dança, masculinidade e esporte: relações”. In: KNIJNIK, Jorge Dorfman (Org.). *Gênero e esporte: masculinidades e feminilidades*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 116.

²⁷ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Revisão Técnica de Joel Birman. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a, p.234.

Recebido em: 20/08/2016

Aprovado em: 07/10/2016